

REMOÇÕES NA FAVELA DA MARGEM DA LINHA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Pollyanna de Souza Carvalho
Gabriela Maria Lema Icasuriaga

Introdução

O estudo busca analisar o processo de remoção urbana e habitacional dos moradores da Favela da Margem da Linha, situada na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, na mesorregião Norte Fluminense (RNF). Chamada inicialmente de “Linha do Rio” ou “Maloca”, essa favela começou a ser habitada na década de 1960, quando os trabalhadores rurais começaram a ser demitidos das Usinas, especialmente a do Queimado.

Tal população foi reiteradamente removida do território que ocupa para fins de moradia dando lugar à expansão da malha urbana pelo mercado imobiliário entre os anos de 2011 e 2014, deslocando os moradores para os conjuntos populares do Programa Habitacional de Interesse Social, o “Morar Feliz” (2009-2016)¹, que foi estrategicamente estruturado para alocar e controlar a população pobre da cidade.

Em decorrência às ameaças e violências sofridas no processo de remoção, os moradores se organizaram, tendo o apoio do Centro Juvenil São Pedro (CJSP), localizado na própria Favela da Margem da Linha. Trata-se de “[...] uma instituição filantrópica mantida pela Congregação Salesiana, que atua desde 2008 na Comunidade [...], desenvolvendo atividades socioeducativas com crianças e adolescentes e seus familiares, cujo objetivo é o fortalecimento de vínculos (...)” (Mendes; Siqueira; Gomes, 2014, p. 14).

Observamos que a remoção forçada, enquanto produto e expressão da segregação socioespacial, debruçou-se sobre o projeto político regional, uma estratégia deliberada de alocar e controlar a população pobre nos espaços mais periféricos e distantes do centro, abrindo espaços para os investimentos públicos e privados. Além disso, criou-se um programa habitacional – (o “Morar Feliz”) - para ofertar moradias populares, que ora visava democratizar o acesso à cidade, ora reproduzia o discurso de “risco” social, intensificando ainda mais a expropriação dos grupos subalternos.

Desta forma, ao investigar a Favela da Margem da Linha percebemos que a remoção é constitutiva da segregação socioespacial, pois além de conjugar um distanciamento físico, no âmbito social, cultural, territorial e político, relaciona processos simbólicos e subjetivos, alicerçados em violências diversas, afetando a identidade da população.

Historicamente, as camadas empobrecidas e periféricas no país convivem com o

¹Tal termo reside na construção de casas em loteamentos populares e na realocação de sujeitos sociais removidos de áreas delimitadas na zona urbana, geralmente intituladas favelas. Ele é implementado com o pretexto de reassentar famílias que integram os territórios de risco, como aquelas sujeitas à situação de enchentes, alagamentos, ou as que se encontram às franjas de estradas e também de ferrovias (Mendes; Gomes; Siqueira, 2014).

legado do autoritarismo e da violência, que se expressam espacialmente na precarização urbana, ausência de equipamentos, racismo territorial, problemas no saneamento e infraestrutura, além de uma mobilidade urbana delimitada pela segregação socioespacial, entre outras dimensões da vida. Mesmo atravessadas por essas condições de sobreprodução da vida, esses indivíduos tecem ações de enfrentamento aos grupos dominantes, desenvolvem consciência política a partir da identificação das suas necessidades e interesses comuns.

A situação pela qual os moradores da Favela da Margem da Linha passaram foi de total desconsideração à dignidade humana, em uma cidade do interior fluminense que recolhe os melhores arrecadamentos em relação à cadeia de petróleo e gás natural, tanto diretamente através dos *royalties*, que deveriam ser revertidos para melhorar as condições de vida do conjunto da população do município, como indiretamente pela circulação de parte da riqueza gerada pelos empregos de alto padrão que ativam o consumo na cidade. Apesar disso, a cidade ainda convive com os piores indicadores sociais.

Contraditoriamente ao esperado, a maior riqueza não se traduziu em melhores condições de vida e de oportunidades para a população (Cf: Terra, 2013), e sim em maior acumulação dessa riqueza por um segmento dos moradores mais abastados e maior poder político das elites campistas tradicionais. Nota-se que o arrecadamento petrolífero, em nome do “desenvolvimento” regional, não alterou o itinerário das camadas sociais pobres que habitam a cidade no Norte Fluminense.

A realidade vivenciada por esses setores e, em particular, pelos moradores da Favela da Margem da Linha, como demonstraremos neste artigo, coloca em evidência a força da financeirização do capital e da especulação predatória nos espaços urbanos, intensificando a expropriação de recursos ambientais, sociais e culturais (Harvey, 2004). Observamos que historicamente a exploração da sua força de trabalho era visivelmente intensa mesmo antes da consolidação da sociabilidade burguesa na cidade de Campos.

Este artigo decorre parcialmente dos estudos realizados para a Dissertação de Mestrado em Serviço Social no PPGSS/UFRJ, entre os anos de 2020 e 2023, atravessados pelo período da pandemia do COVID 19 que nos impediu da realização de uma aproximação maior com a população, como era o caminho metodológico inicialmente proposto. Como forma de superar esse entrave buscamos nos apropriar da realidade objeto de análise recorrendo a: i) pesquisa bibliográfica, priorizando autores que tratam dos estudos urbanos regionais e locais sobre o problema em questão e ii) pesquisa documental, utilizando os conteúdos disponibilizados pelo Centro Juvenil São Pedro (relatório de representação de moradora/2014) e pelo Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD - Universidade Federal Fluminense-Campos).

O Centro Juvenil São Pedro (CJSP), como dito acima, é uma instituição filantrópica, situada na Favela da Margem da Linha e tem contribuído largamente com a organização e mobilização dos moradores diante dos processos de resistência aos despejos. Já o NETRAD, possui um rico material de pesquisa de fontes primárias, envolvendo depoimentos de moradores e profissionais, inclusive do próprio Centro Juvenil São Pedro. Esses dados do NETRAD foram coletados pela autora na pesquisa de Iniciação Científica, na UFF, intitulada – “Trabalho, Precarização e Resistência na Periferia do Capitalismo: a Região Norte Fluminense como cenário” (FAPERJ, 2017-2019).

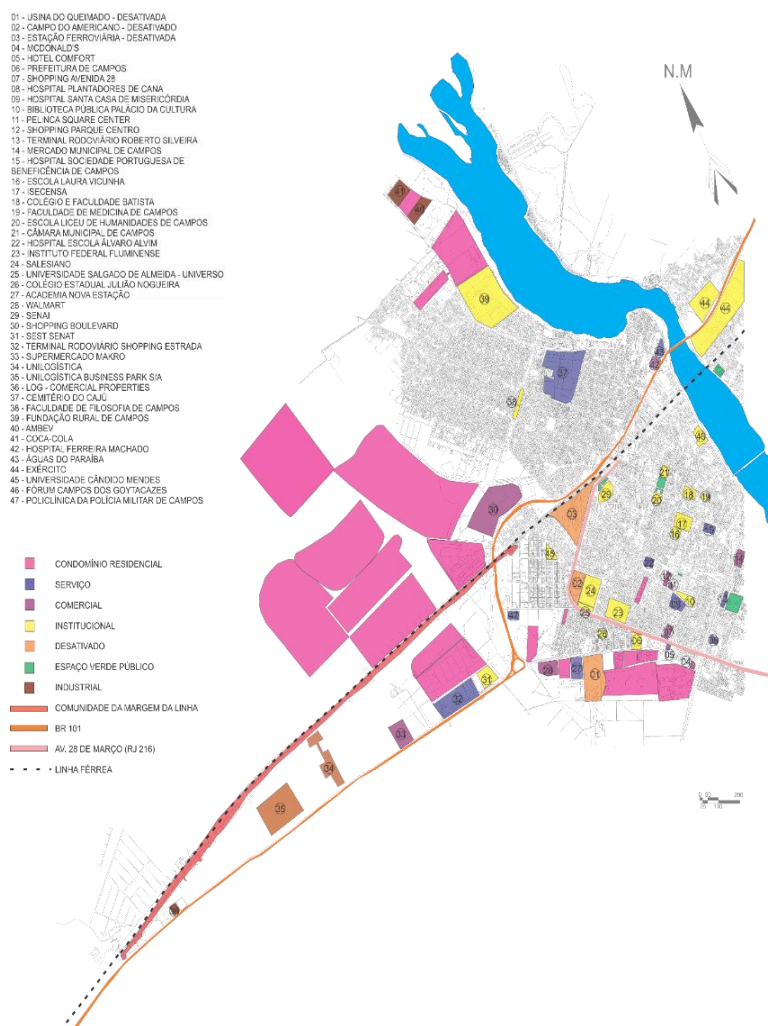
O artigo aborda as profundas mudanças produtivas acontecidas no município de

Campos dos Goytacazes, Norte Fluminense, com a exploração de gás natural e da cadeia petrolífera e os impactos socioespaciais no tecido urbano com a introdução das novas dinâmicas do capital imobiliário e a reorganização do poder local.

O município de Campos dos Goytacazes/RJ em contexto recente de transformações socioespaciais

Campos dos Goytacazes/RJ é uma cidade de médio-porte, que se situa na mesorregião Norte Fluminense (RNF) do estado do Rio de Janeiro, contando com mais de 483 habitantes (IBGE, 2022)². É reconhecida nacionalmente pela monocultura da cana de açúcar desde o século XVII até fins do século XX, momento em que o setor sucroalcooleiro começou a perder fôlego e a região começou a abrir caminho para investimentos na exploração de petróleo e gás natural.

Figura 1 – Entorno da Favela da Margem da Linha em Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: (Acervo do Programa Arquitetura Inclusão e Cidadania (IFF) – Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 119).

² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 2 ago. 2023.

O recebimento de recursos oriundos de participações especiais da cadeia petrolífera possibilitou com que a cidade pudesse implementar obras, melhorar a infraestrutura e urbanismo, além de criar relações com os agentes de investimentos privados e públicos, de contexto local, nacional e internacional.

Contudo, observando o conjunto da cidade e a alocação de recursos nela é perceptível que os bairros e áreas habitados por trabalhadores pobres, na sua maioria marcados pelo recorte étnico-racial, não se beneficiaram com esses recursos e continuam mantendo baixos índices socioeconômicos e de acesso a equipamentos e serviços públicos que continuam precários e sucateados nessas áreas da cidade menos cobiçadas pelas intervenções imobiliárias de alto padrão construtivo.

O início da exploração de petróleo e gás natural foi decisivo para a reestruturação dos territórios e reorganização da política partidária local. Os antigos governantes (elite do açúcar, pecuaristas, agricultores, fazendeiros, usineiros) perderam espaço político e capacidade de organização com a entrada em cena de novas lideranças políticas com discursos mais afinados às “mudanças” em curso. Com a introdução de novos rubros produtivos, mais dinâmicos e organizadores de toda uma nova cadeia de produção e serviços, as velhas práticas oligárquicas foram sendo substituídas por outras lideranças de perfil renovado, mas acorde com as exigências de uma região de economia pujante que demandava uma renovação profunda.

Os territórios se adaptaram às novas dinâmicas, recebendo atividades econômicas diversificadas, especialmente nos municípios adjacentes à Campos, como Macaé e São João da Barra. Mesmo assim, podemos aferir diferenças no ritmo e nas características que cada cidade da região apresentou diante das mudanças. Campos, mesmo sendo a cidade mais populosa e próspera da Região Norte Fluminense ficou aquém em relação à Macaé, que sediou a implantação da Petrobrás e a ampliação da malha urbana, exercendo forte atrativo migratório em decorrência das oportunidades de trabalho, enquanto Campos levou mais tempo de adaptação entre as novas atividades e as antigas funções econômicas vinculadas à cana e agropecuária.

Após a falência do setor sucroalcooleiro a partir dos anos de 1980, as terras da Usina do Queimado, onde trabalhava e habitava um número expressivo de famílias, ficaram improdutivas e com áreas totalmente vazias, começando a ser alvos de discursos relacionados à especulação imobiliária. Desde essa década, a Região Norte Fluminense vivencia os impactos das mudanças produtivas, a transformação de parte da oligarquia rural, formada por grandes produtores agrários, em rentistas e especuladores fundiários, que transformaram suas terras produtivas em megaempreendimentos através de investimentos públicos e privados.

Em anos recentes, a entrada de grandes investidores privados, vinculados ao capital financeiro internacional, é visível em toda a região e se manifesta na construção de portos, áreas logísticas, comércios, redes hoteleiras, condomínios horizontais, Shopping. Porém, ao mesmo ritmo do desenvolvimento econômico se aprofunda o quadro das desigualdades, aprofundando a pobreza dos setores que não conseguem se inserir nos empregos da nova dinâmica produtiva, que exige um tipo de trabalhador mais qualificado em determinados ramos da indústria e dos serviços, acrescentado das diversas formas de desapropriação, requisitando terras que foram durante décadas local das moradias dos trabalhadores pobres das usinas e fazendas, situadas em áreas consideradas periféricas, nas margens da linha de

um trem que há muito fora desativado com o fortalecimento do rodoviarismo e da indústria automobilística brasileira.

Terras que não tinham praticamente valor nenhum e rapidamente passaram a ser objeto de cobiça para a expansão urbana de áreas residenciais das novas classes médias campistas e dos serviços urbanos para atender suas necessidades. Em decorrências da localização adequada aos novos usos fundiários, a terra que precariamente acolhia aos posseiros da Favela de Margem da Linha, passou a ser requisitada para outros fins e seus ocupantes despejados e reassentados em conjuntos habitacionais mais longínquos e desprovidos de serviços básicos do que a antiga favela.

Conduzem a pensar a cidade de Campos, os autores Givisiez e Oliveira (2013) e Terra (2013). Os primeiros afirmam que apesar de os municípios serem os mais ricos em função dos *royalties* do petróleo, não há confirmação da alocação das receitas adicionais no que toca à resolução dos problemas na sociedade. Ainda é verificável a presença dos bolsões da pobreza e a falta de investimento em capital humano. A isso se soma a necessidade de investimento em educação, infraestrutura urbana, saúde e infraestrutura produtiva, a fim de introduzir a população vulnerável na economia (Givisiez; Oliveira, 2013). A cidade, apesar do farto recebimento, continua a ser uma região-problema na visão de Piquet (2010, p. 223).

A região passa a ser vista como “região-problema”, uma vez que sua economia comportava problemas que iam desde a estagnação e a queda dos índices de produtividade de seu principal produto até, e sobretudo, o alto grau de desemprego sazonal, determinando um processo de pauperização, de desenraizamento e de deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades da região.

Nesta perspectiva, a falta de um planejamento urbano para as periferias, onde habitam os grupos populares mais desfavorecidos, desencadeou problemas no dinamismo das atividades sociais, culturais, políticas e econômicas de Campos. Enquanto Macaé, com foro privilegiado da Petrobrás, recebia um contingente populacional visando trabalho, moradia, cultura, serviços, Campos acabou, como pontua Terra (2013, p. 228), se firmando como centro prestador de serviços qualificados para outras cidades, especialmente no setor educacional para qualificar a mão de obra requisitada pelos novos processos produtivos.

Como parte disso, os territórios das camadas periféricas começaram a sofrer o ônus do capital internacionalizado: a desapropriação dos moradores para a primazia dos agentes econômicos. As terras, dada à concentração e acumulação capitalista, se tornaram alvos de especulação mediante o novo perfil econômico da região.

Conforme Arruda (2009) a política de remoção de favelas na cidade, entre 1999 e 2009, período anterior a nossa pesquisa, teve dois sujeitos centrais: os moradores e os representantes governamentais. Segundo esta autora houve um processo de reconfiguração espacial, que não somente impactou no processo de remoção, mas também teve consequências significativas na identidade coletiva e nos vínculos dos moradores, além de incidir no significado de morar/habitar. Os moradores de essas ocupações, em outras épocas agricultores e camponeses destituídos dos seus antigos postos de trabalho, voltaram a se deparar com o despejo, o desarraigo, a perda de laços comunitários, a desarticulação das frágeis formas de reprodução social.

Isso aconteceu com os moradores da Favela da Margem da Linha a partir do ano de 2011 a 2014, quando os agentes imobiliários se inseriram na cidade de Campos com objetivo de expandir a cidade para acolher os habitantes atraídos pelas novas dinâmicas produtivas e de serviços do município. Essa situação gerou sensação de desespero nos moradores da favela, que se viram, mais uma vez, jogados das suas moradias e desprovidos das mínimas condições de subsistência.

Decerto que essas ações não se processam sem a participação do Estado, que age como agente central para autorizar e executar os processos de violência. Reforçado, neste caso particular, pelos fortes interesses com a entrada da exploração do petróleo e dos investimentos do capital financeiro e imobiliário prometendo grandes transformações para a cidade e para o município. O poder público contribuiu para levantar os obstáculos às intervenções privadas, expulsando a população dos espaços cobiçados pela esfera privada.

Desde as últimas décadas do século XX se debate sobre o padrão de segregação socioespacial que as mudanças na reorganização produtiva planetária estariam provocando. Luciana Lago (2000) é uma das pesquisadoras que observou como o mercado imobiliário, junto com os seguros e fundos de pensão, reestruturou os espaços geográficos e conduziu intervenções que provocaram na “emergência de uma nova configuração espacial nas principais cidades brasileiras, marcada pelos espaços residenciais e comerciais exclusivos, pela privatização dos espaços públicos e pela estigmatização dos espaços populares (...)” (Lago, 2000, p. 15), modelando um padrão de segregação no país, alinhado à noção de “cidade dual, cidade dividida e espaço fragmentado” (Lago, *op. cit.*, p. 22).

Ainda esta mesma autora, sinaliza para o surgimento de processos de gentrificação em algumas áreas da cidade onde acontecem investimentos em infraestruturas e serviços urbanos, passando a aumentar a população pertencente às categorias de rendas médias e superiores em relação à antiga população moradora, que diante do encarecimento da vida nesses locais se vê forçada a buscar outras áreas para residir com menores custos. Esses processos inviabilizam a convivência e a sociabilidade urbana, negando-se a presença física e simbólica dos grupos heterogêneos.

Refletindo sobre o caso que nos ocupa, Zacchi (2012, p. 119) expressa que os proprietários das terras do Queimado, antiga usina açucareira, exerceram pressão pela mudança no uso do solo. Estes sujeitos passaram a operar enquanto incorporadores imobiliários, atuando articuladamente com eles, utilizando o instrumento da permuta de terras e construindo o projeto de parcelamento de terras rurais. A ação da “permuta” foi sugerida pelos agentes das terras da usina, como estratégia recorrente para o parcelamento e implementação dos investimentos imobiliários no território, como os condomínios fechados (Zacchi, 2012).

Dessa forma, a partir da inserção de investimentos públicos e privados, é possível perceber que os arredores da Usina do Queimado foram permeados por novos processos de estratificação e segregação urbana. Esse nicho de acumulação do capital intensificou a divisão das classes sociais nos territórios. Mendes, Gomes e Siqueira (2014), identificam a construção de hipermercados, loteamentos fechados de luxo, condomínios residenciais verticais para a classe abastada e outros empreendimentos, além da implementação do Boulevard Shopping. Também nesta perspectiva, estudo de Sá e Neves (2019) analisou que a localização da Usina do Queimado é permeada por vários empreendimentos de importância para o município, como é o caso da Secretaria de Obras e a Prefeitura

Municipal, situada na entrada da cidade, numa avenida de relevância (Av. Dr. Nilo Peçanha), que é também um canal de Comércio e Serviços. Todos esses investimentos, acumulados no espaço, agem como “efeitos úteis”, termo cunhado por Topalov (1984) para dar conta da relação entre as características próprias a uma determinada localização, os investimentos públicos e privados e a valorização do solo, ou seja, resultando em atrativos para determinados perfis de moradores e consumidores e, em contrapartida, exigindo a expulsão dos moradores e consumidores “indesejáveis”.

Assim, novos conflitos se instalaram no entorno da Favela, envolvendo sociabilidades distintas, distanciamento social e acesso diferenciado às ofertas de equipamentos e serviços urbanos. Acentuando, como expressa Caldeira, que “a segregação - tanto social quanto espacial - é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação [...]” (Caldeira, 2000, p. 211). Esta mesma autora lança duas ideias centrais para entendermos como a segregação se processou na Favela da Margem da Linha: via diferenciação social e a separação entre os grupos sociais. Mais ainda, pontua que “(...) as pessoas intensificam suas próprias medidas de (...) construção de barreiras, tanto simbólicas (como preconceito e estigmatização de alguns grupos) como materiais (muros, cercas e toda parafernália eletrônica de segurança)” (Caldeira, 2000, p. 90). Transformando as novas moradias e espaços de lazer das classes mais abastadas em enclaves fortificados, espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho de um certo segmento da sociedade, que evita a todo custo as interações com os despossuídos, os indesejáveis e até mesmo “perigosos” (Caldeira, 2000, p. 211).

Lago (2000) acrescenta à segregação socioespacial a dimensão cultural, afirmando a existência de uma fragmentação sociocultural da população, especialmente a empobrecida, por causa das desigualdades de acesso à renda do trabalho, serviços e equipamentos. Contudo, relaciona também outros atores importantes para a compreensão da demarcação dos territórios: a elite e o poder público.

A segregação espacial expressa, portanto, uma dualização sociopolítica resultante, em parte, da fragmentação sociocultural da grande maioria da população. Como consequência, temos uma elite que atua em conjunto com o poder público local nos grandes projetos de reestruturação urbana na área central, aprofundando a segregação espacial vigente (Lago, 2000, p. 24).

Com isso, a apropriação do espaço e mudanças nas formas de segregação urbana na Região Norte Fluminense, especialmente na Usina do Queimado, não seria realizada sem a atuação do mercado e do poder público.

Estas transformações recentes, envolvidas com o mercado imobiliário na região, refletiu no processo que culminaria em diversas remoções no território da Favela da Margem da Linha.

As remoções urbanas como produtos da segregação socioespacial na Favela da Margem da Linha

Em contexto de avanço do mercado imobiliário no território da Favela da Margem da Linha, como mencionado, o poder público começou a realizar o processo de remoção,

no ano de 2011 a 2014. “(...) Em maio de 2011, outra parte da mesma favela que se assentava às margens da BR 101 foi erradicada, e 380 famílias foram remanejadas para os conjuntos habitacionais Tapera I (“batizado” em 2015 de Condomínio das Lagoas), do Morar Feliz” (Faria, 2015, p. 66).

Conforme Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015, p. 124), para a remoção continuar, em setembro de 2012, a prefeitura iniciou a contagem e a marcação das residências da Favela, junto à equipe do Programa Habitacional de Interesse Social, o “Morar Feliz”, vinculada à Secretaria de Família e Assistência Social da Prefeitura de Campos. Cabe ressaltar que as residências foram pichadas e marcadas, o que lançou o sentimento de insegurança e de pressão aos moradores, já que fez com que se acentuasse a sensação de vulnerabilidade. “O argumento de que as áreas compreendiam locais de risco” de deslizamento ou de inundação e de proteção ambiental, sendo área de risco ou destinadas a logradouros públicos, torna-se a justificativa para a remoção [...]” (Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 126). Conforme relato de moradora, percebemos o nível de tensão que o poder público causou na Favela, inviabilizando o direito à moradia, preconizado na própria Constituição Federal (1988).

A grande elite quer que o pobre se ferre, não está nem aí, não são todos. Nossa comunidade é arborizada, mas o pessoal enfeia a comunidade. Aí, imagine essa comunidade com um monte de gente preta, vê essa galera perto deles incomoda. Falam da área de risco por causa da linha do trem que foi desativado, inventaram a tubulação de gás (aqui o pessoal usa gás encanado). Tudo que eles começaram a falar caiu em contradição [...] (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

O testemunho revela a insatisfação de uma residente que se opôs à desocupação. As autoridades justificaram a presença de áreas de perigo na Favela, porém isso não se baseava em provas concretas. Fica claro que a prefeitura adotou medidas para iniciar a realocação dos habitantes da Favela da Margem da Linha sem uma base sólida, sem justificativa e sem promessas de uma vida melhor no novo local de habitação.

Cabe apontar, também, que nesse mesmo ano³, segundo Souza, Santos, Paes (2016), parte da comunidade se destinou ao conjunto habitacional da Tapera⁴ II. A localização desse conjunto se encontra longe do bairro Tapera, não possui acesso a BR-101 que liga o Bairro Ururaí, onde se localizam os serviços básicos como escola, posto de saúde, creche e até mesmo o comércio. Tampouco se assegurou a rota planejada do transporte público e espaços de lazer, deixando a comunidade praticamente isolada.

Neste tempo em que ocorria as remoções, é válido rememorarmos que já estava em curso a resistência dos moradores da Favela da Margem da Linha. Como dito, eles começaram a se organizar desde o início do ano de 2011, quando souberam dos boatos de remoção, em virtude da especulação imobiliária. A resistência foi possibilitada mediante o

³ “O processo de remoção teve início oficialmente, em 2012, com a marcação das moradias pelos diferentes setores da administração municipal, para futura demolição da casa” (Faria, 2015, p. 69).

⁴ Segundo as autoras, a entrega das casas foi realizada em duas fases. A primeira se deu em março no ano de 2011, à medida em que moradores de 51 casas às margens da BR-101, na altura da Tapera, foram removidos do lugar. Os outros sujeitos foram contemplados na segunda e última fase que se deu no dia 22 de junho, do ano de 2012, com a entrega de outras 242 casas do programa no segundo conjunto habitacional intitulado “Morar Feliz” (Tapera II). Importa mencionar que na totalidade foram ofertadas mais de 600 casas (Souza; Santos; Paes, 2016).

auxílio do Centro Juvenil São Pedro – CJSP, que procurou fortalecer os vínculos a mobilização dos moradores, sobretudo a partir do Projeto Socioassistencial intitulado: “Mobilização pela Defesa e Garantia de Direitos” (2011-2012), ratificado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do município. Outrossim, a Associação de Moradores foi reativada, com a esperança de discussões e lutas sociais pelo direito à moradia e aos vínculos.

Neste sentido, tem-se potencializado ações de sensibilização, mobilização e formação dos membros da Comunidade Margem da Linha do Rio, favorecendo seu protagonismo na luta e na defesa dos direitos individuais e coletivos, sobretudo, no que se refere ao processo de remoção das famílias residentes na Comunidade, com participação e articulação de outros agentes sociais e da rede socioassistencial; incentivado a liderança e a importância de haver moradores, enquanto representantes da Comunidade, que sejam mediadores de conflitos; promovido espaços de exercício da cidadania, bem como a reativação da associação de moradores para o aumento da participação na reivindicação de direitos (Oliveira *et al.*, 2012, s.p).

Ressaltamos que a liderança do movimento social da Favela da Margem da Linha conseguiu representatividade para a localidade através de sua inserção no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), vinculando-se à sociedade civil. O movimento social contou com o auxílio de diversas faculdades e do Sistema de Justiça, incluindo à Universidade Federal Fluminense (UFF), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Além disso, os moradores realizaram protestos à favor de seus direitos e participaram de audiência pública.

Começamos a fazer o movimento social na comunidade, para poder falar o que acontecia. E eles vieram aqui e falaram que quem não fosse iria ficar sem casa, e as pessoas foram ficando com medo. Veio o pessoal da UFF, IFF (arquitetura) e UENF, e nos deu apoio. Eles pegaram firme conosco. Fizemos audiência pública no IFF e esquentou no dia. Esse pessoal da prefeitura pensa que somos ignorantes e queriam passar por cima da gente de qualquer maneira. Eles acharam que estávamos sozinhos, mas tivemos apoio das faculdades e entramos em contato com a defensoria pública (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/UFF, 2019).

Entretanto, como forma de enfraquecer o movimento de resistência na comunidade, desde 2012, o poder público interferiu com a provisão de serviços essenciais, como aponta profissional do Centro Juvenil São Pedro – CSJP: “os sinais concretos foram a negociação da prefeitura com as Águas do Paraíba para não regularização da água aqui, houve uma conversa tácita entre a prefeitura e a concessionária de energia para não conceder novas ligações aqui, não foram feitas ações nesse período de manutenção da via” (Depoimento de profissional 1 do Centro Juvenil São Pedro, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Esses fatores de precariedade urbana aconteceram também na última fase da remoção no ano de 2014, em novembro, na Favela da Margem da Linha. Nessa direção, Reginski (2018, p. 2) diz que, no ano de 2014⁵, duas mil, cento e noventa e seis pessoas

⁵ “Dia 24/11/2014: famílias da Margem da Linha e de outras localidades começaram a ser transferidas para o conjunto habitacional Ururai (...). Em dezembro de 2015, o processo foi concluído, e 468 famílias foram

moravam na Favela, e 312 famílias decidiram mudar para o conjunto do Morar Feliz. Tais moradores foram reassentados na localidade de Ururaí, conhecido como Tapera III. Conforme moradora, houve uma comunicação truncada com o poder público a respeito desse processo.

[...] A prefeitura veio e nem perguntou se a gente queria sair, eles praticamente impuseram que a gente saísse, ou saía ou ficaria sem casa. Essas eram as palavras deles, também falaram ou vai para onde a gente colocar vocês, porque aqui tudo vai ser demolido. A gente não teve mais nada como aceitar ou não [...] (Depoimento de moradora 2, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Os depoimentos denotam o nível de violência praticado contra os moradores no ato da remoção. Quando eles foram removidos, em 2014, foi uma sensação de tristeza e alegria. Tristeza por saberem dos vínculos que seriam esgarçados e alegria pela ideia de uma nova casa. Mas, os dias se passaram, e eles ficaram sobre os escombros e nas casas de vizinhos. O processo neste ano pode ser compreendido mediante depoimento de profissional do CJSP.

[...] Na véspera do feriado, eles fizeram uma reunião e chamaram a metade da comunidade, informando que as remoções começariam dia 24/11, identificando famílias a serem removidas no dia estipulado e elas deveriam retirar toda a sua mudança e colocar na frente de casa, porque o caminhão vai passar para pegar. Com isso, vai passar a empresa de energia elétrica desligando a luz, a infraestrutura de obras retirando janelas e telhados, para impedir que houvesse uma nova ocupação nessa casa agora vazia [...] (Depoimento de profissional 1 do Centro Juvenil São Pedro, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Acoplamos algumas narrativas das pessoas que participaram do processo de remoção, evidenciando as complexidades. O depoimento da profissional do CJSP ressalta como o processo foi tecido: por meio de caminhões, desligamento da energia, vivência dos moradores nos entulhos deixados pela prefeitura, a falta de articulação do Programa Habitacional na liberação das casas e a falta de planejamento urbano, assegurando o direito à moradia. Isso fez com que ocorresse a violência da remoção não só no sentido físico do termo, mas simbólico, referente à humilhação e desrespeito.

Este processo foi conduzido de forma antidemocrática, colocando em risco a vida dos moradores, no novo conjunto habitacional, a título da especulação imobiliária. Os detalhes podem ser enumerados da seguinte maneira: a) na primeira etapa, alguns sujeitos cadastrados ficaram desabrigados, já que as suas residências foram demolidas; b) de acordo com o Relatório de Acompanhamento da Remoção feito pelo CJSP, no conjunto habitacional, a instalação elétrica de algumas residências ainda estava em andamento e tinha um espaço aberto, abrindo margem ao canalial, sinalizando risco para o público infantil; c) havia falta de critérios sobre a concessão da moradia popular; d) tinha ausência de transporte público, lixeiras, energia elétrica e acesso ao ambiente escolar; e) surgiram casos de violências, a saber: assaltos e ameaças de facções (Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 130). Segundo Relatório de Moradora, observamos os descontentamentos da Favela com o

assentadas no conjunto” (Faria, 2015, p. 70).

poder público.

Nos preocupamos que a possível remoção se torne uma ação invasiva e autoritária, que sem dialogar com a comunidade, viole, inclusive, as diretrizes do Plano Diretor do nosso município. A comunidade já está na Margem da Linha há muito tempo, o que por si só já justifica sua permanência e legitimação da sua posse. Contudo, seja para ficar ou sair tem que haver o cuidado de preservar o que há de bom na nossa comunidade, ou seja, nossa história e nossos vínculos [...] (Relatório de Representação de Moradora do Centro Juvenil São Pedro, 2014).

Mediante o relato da moradora, refletimos sobre como a remoção urbana afeta a vida do morador. De fato, o poder público realizou o ato de remoção sem se preocupar com os vínculos comunitários – o elo fundante entre os habitantes da Favela. Segundo Arruda (2009, p. 144), “(...) a remoção por si só não consegue elevar uma população do quadro de carência e segregação. (...) Não garante a inserção à cidade e aos direitos urbanos. Muitas vezes a remoção funciona apenas como confinamento do problema: a população pobre”.

Dessa forma, Nuria (2015, p. 133-134) compartilha o que acontece após o quadro de remoção: perda de emprego e/ou renda; impactos negativos relativos ao aluguel social (piores condições, valores baixos); possibilidade de perda do ano letivo, além de evasão escolar; problemas referentes a doenças (depressão); e a ausência de lazer.

Muitas questões levantadas refletem a situação pela qual os moradores da Favela da Margem da Linha passaram. O primeiro é o aluguel social. Muitos sujeitos da favela recebiam o benefício que era menor do que o esperado para cobrir as necessidades sociais. Outro ponto é o abandono escolar, visto que crianças e famílias perderam o Bolsa Família (Auxílio Brasil), porque mudaram de residência e não conseguiram se locomover ao ambiente escolar. O acompanhamento da saúde também é uma dimensão importante, por se tratar de pessoas que tinham algumas doenças, especialmente a pressão alta em idosos.

Figuras 2 e 3 – Paisagens após o ato de remoção na Favela da Margem da Linha em Campos Goytacazes/RJ



Fonte: Pedlowski⁶, 2015.

Segundo documentário⁷, muitos moradores removidos para a Tapera desejavam

⁶ Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/tag/remocao/>. Acesso em: 03 nov. 2019.

⁷ Caminhadas e Encontros. Da Margem da Linha a Tapera 3. Caterine Reginensi. Campos dos Goytacazes

retornar à Favela, aos amigos e reconquistar os espaços de trabalho e sociabilidade. De acordo com Faria (2015), os residentes da Favela da Margem da Linha experimentaram um período de "expectativa" devido à falta de conhecimento sobre o futuro. No entanto, essa espera possibilitou a interação entre os moradores, envolvendo sentimentos como angústia, incerteza, medo e esperança. Segundo uma moradora, os habitantes enfrentam desafios nas unidades habitacionais situadas em Ururáí.

As pessoas que foram para lá estão arrependidas, não tem nada naquele lugar, e sem direito a nada, sem ter ônibus direito, posto, escola. Elas perderam vínculo comunitário. Aqui é uma reta, a vizinha toma conta do seu filho quando você precisa. Lá acabou o vínculo comunitário. As pessoas lá sofreram assaltos, morreram atropeladas, violência, insegurança (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Nesta perspectiva, os procedimentos do Poder Público para efetivar as remoções, foram silenciosas e segmentadas, visto que os moradores foram alocados e distribuídos aleatoriamente em distintos bairros das periferias urbanas (Oliveira *et al.*, 2012). Observamos, também, como as justificativas principais para efetuar as remoções dos grupos periféricos se basearam na condição de “ocupação irregular” e “imprópria” das habitações, com risco de deslizamentos, enchentes ou até mesmo a necessidade da remoção forçada, para a implementação de investimentos considerados de interesse público (Faria, 2015). Na verdade, o risco se encontra nos novos conjuntos habitacionais. Em Ururáí, por exemplo:

O conjunto fica distante da área original das moradias, num espaço vazio e isolado, até então de uso rural (canaviais), onde também não há serviço público como creches, escolas, posto de saúde, nem serviços privados como farmácia, padaria, supermercado. Há casos em que a distância pode ocasionar a perda do trabalho e o capital investido em suas residências [...] (Faria, 2015, p. 66).

A destruição, a demolição das residências e o deslocamento dos habitantes da Favela da Margem da Linha marcou um período em que não se limitou apenas à violação dos direitos de habitação, de propriedade e das relações afetivas. Representou, também, uma ruptura com as identidades e os estilos de vida das pessoas das periferias, expondo-as a situações de risco e fragilidade. Esses foram momentos em que, privados de sua herança cultural e território, foram mais uma vez calados.

Um exemplo ilustrativo dessa questão é a situação da Favela da Margem da Linha, que evidencia os desafios impostos pelos chamados "enclaves fortificados" (Caldeira, 2000) em termos regionais, devido aos impactos negativos gerados para os habitantes locais. Esses enclaves não apenas levam à expulsão da população empobrecida das áreas periféricas para regiões mais distantes, mas também promovem uma dinâmica social baseada na indiferença completa e na rejeição do outro, inclusive dos próprios trabalhadores dos condomínios de luxo e estabelecimentos privados, que seguem a lógica da acumulação capitalista.

Como resultado, os trabalhadores, em sua maioria contratados em condições precárias, também sofrem críticas e discriminação. Todo sentido e significado das relações

(RJ): Vimeo, 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/355573122>. Acesso em: 09 out. 2019. Válido informar que este documentário foi refletido por Carvalho (2019).

sociais baseadas na solidariedade cede lugar ao individualismo, egoísmo e expropriação, tendo como pano de fundo o próprio comportamento dominante, que se espalha para todos os âmbitos da vida em sociedade. Mascaro (2013, s.p) denuncia o neoliberalismo por depreciar as condições de vida dos trabalhadores em favorecimento da propriedade privada.

Ademais, as interações sociais estão se tornando agressivas e cada vez mais competitivas tanto em ambientes públicos quanto privados. “No campo social, a precarização das condições de trabalho faz com que, sucedendo ao modelo de regulação de segurança social, sejam vistas tendências hiperindividualistas [...]” (Mascaro, 2013, s.p). Notamos que a atmosfera de convívio social promovida pelo neoliberalismo se mescla com as áreas protegidas fortificadas (Caldeira, 2000), ao mesmo tempo em que acentua a separação socioespacial e a exclusão do outro, visto como alguém sem cidadania e deslocado do território. Portanto, é considerado alvo a ser prontamente removido e privado do direito à cidade.

Findando o ano de 2014:

No dia 18 de dezembro de 2014, o jornal Folha da Manhã teve a seguinte manchete: “Justiça suspende remoções da Prefeitura na Comunidade da Linha”. Nesta matéria, foi divulgado que o juiz Ralph Manhães Jr., da 1ª Vara Cível da Comarca de Campos, havia atendido ao pedido da Defensoria Pública, concedendo liminar que suspendia imediatamente as remoções feitas pela Prefeitura na Comunidade da Margem da Linha [...] (Godoy; Oliveira; Aliprandi, 2015, p. 130).

O poder público cessou o clima de remoções forçadas em virtude da decisão jurídica impetrada pelo juiz. Se a decisão da justiça não entrasse em vigor, possivelmente, os moradores seriam removidos até os dias atuais. Fica perceptível como o papel das Instituições, no Sistema de Garantia dos Direitos, é importante para a ruptura com as violências.

Pesquisas de Faria (2015, p. 74), apontam que no término do mês de dezembro de 2015, 468 pessoas tinham sido removidas para o conjunto habitacional da localidade de Ururaí. No mês seguinte, no dia 21 de janeiro de 2016, a Justiça determinou a remoção íntegra dos escombros, que resultaram das demolições executadas pela Prefeitura para impedir o retorno dos moradores. Contudo, até os dias de hoje, é possível observar que essa limpeza não foi integralmente concluída, presenciando-se, ainda, vergalhões, arames, ladrilhos, entre outros objetos, que mantêm a área em risco (como visto nas figuras anteriores).

Além disso, os moradores da Favela da Margem da Linha que lutaram para preservar seu local de moradia, onde, mesmo que precariamente, tinham toda sua vida organizada, uma vez removidos não conseguem acessar os serviços públicos de saúde, educação, o transporte é péssimo ou inexistente, impedindo-os de reestabelecer as rotinas cotidianas, como se percebe nos depoimentos. Na supracitada Favela, “[...] o pessoal ficou na mesma, continua sem saneamento, esgoto é péssimo, a água e a luz falaram que vão legalizar, porque são nossos direitos também. Tem gente que fala que nem conhece nossa comunidade, somos invisíveis aos olhos da sociedade” (Depoimento de moradora 1, retirado do acervo do NETRAD/Universidade Federal Fluminense, 2019).

Contraditoriamente, as pesquisas de Passos (2018) mostram que as terras da Usina

do Queimado cederam lugar a empresários de diversos ramos de serviços, como os ligados à gastronomia, cervejaria, moda e academia, shows e festas, e até mesmo por fotógrafos, em virtude do espaço verde.

Considerações finais

A Favela da Margem da Linha passou por um processo de remoção forçada com intuito de liberar o território ocupado por décadas pelos antigos trabalhadores da Usina do Queimado, da qual também tinham sido removidos após as transformações produtivas e a destinação da propriedade da empresa para outros fins. Situação que evidencia a repetição de um ciclo de perdas e desarraigo por parte da mesma população.

Apesar do novo ciclo econômico, nos auspícios da década de 1970, com a descoberta de petróleo e gás natural, verificamos, contraditoriamente, o aprofundamento das desigualdades no município de Campos, a tendência à polarização social e à segregação socioespacial. A nova dinâmica produtiva funcionou como atrativo para uma população com perfil jovem, com nível educativo alto, empreendedora e com hábitos de consumo de um padrão bastante exigente, que se viu refletido no tipo de empreendimentos imobiliários e de serviços realizados no município nos últimos anos e nas dinâmicas de expansão urbana. Campos incorporou à malha urbana as antigas periferias da desativada linha do trem e da antiga Usina do Queimado, que durante os anos de readaptação produtiva ficaram à espera de maior valorização fundiária, que estava prevista de acontecer pela sua localização privilegiada em relação às vias e meios de comunicação.

A localização dessas terras também serviu de espaço de moradia para a população demitida da Usina e despejada das moradias operárias, até que a forte valorização imobiliária se impôs contra a permanência desses moradores nessa área cobiçada da cidade. O que antes era uma periferia com pouco atrativo para o município, passou rapidamente por um processo de valorização, com loteamentos residenciais, projetos de bairros fechados, instalação de serviços e comércios de alto padrão, a exemplo do shopping da cidade de Campos, entre outras benesses decorrentes da localização, próxima às rodovias que comunicam o Norte Fluminense com a capital do estado do Rio de Janeiro e com os estados limítrofes de Espírito Santo e Minas Gerais, além da proximidade com os acessos às praias e locais de lazer.

As remoções voltaram a acontecer, primeiro com tentativas de convencimento por parte da Prefeitura, buscando que a população aderisse à mudança para os empreendimentos habitacionais financiados pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs I e II), porém todos construídos em áreas ainda mais longínquas e desprovidas de infraestrutura e serviços, mediante garantia de título de propriedade dos novos e precários apartamentos se submetia os moradores aos novos despejos, desarraigo e perda dos vínculos sociais e das dinâmicas cotidianas. Muitos resistiram e se organizaram, como mostramos neste artigo, outros aderiram aos programas da prefeitura e foram recomençar suas vidas nesses prédios. A segunda tentativa de remoção por parte do poder público foi muito mais violenta, valendo-se de estratégias ilegais como cortar o abastecimento de água e luz às famílias, marcação das casas que iriam derrubar, presença das retroescavadeiras na comunidade etc. As famílias remanescentes tiveram que conviver com os escombros e lixo perigoso das habitações derrubadas dos moradores já

transferidos.

Na busca pela resistência, alguns moradores se organizaram e superaram a aparência dos fatos, permeada de discursos e ações do poder público, para entender quais estratégias do capital estavam por trás da lógica do risco social: consolidar o ato de remoção forçada e o projeto burguês. Foi um processo de muitas incertezas para o morador, pois ele não sabia o que iria ocorrer em sua vida e de sua família. Entretanto, no vazio da incerteza, houve a decisão de se mobilizar e de construir resistências, para defender os seus direitos, sobretudo, à moradia.

Enquanto os despejos se processavam, novos condomínios privados de alto padrão construtivo foram se instalando nas proximidades, que cresceu cada vez mais para acolher um novo tipo de morador e de consumidor.

O estudo de Caldeira (2000) sobre os “enclaves fortificados” nos faz refletir e enxergar a semelhança dos processos que se sucederam na Favela da Margem da Linha. Caldeira (2000) já disse que os enclaves não se referem apenas à questão física – muros, parafernália eletrônica –, mas à sociabilidade urbana, à segregação, à relação que temos com o outro. Não se convive mais com o diferente. Mas, a tendência é destituí-lo do pouco que possui, como sua moradia, o assentamento informal e a forma como se relaciona com o espaço.

O crescimento urbano se dinamizou e conseguiu abertura na cidade de Campos, a partir do aprofundamento da segregação socioespacial e controle dos empobrecidos nas áreas mais distantes. Construíram-se aparatos físicos, muralhas, repartições de grades, representando as marcas da violência contra os despossuídos, em detrimento de uma distribuição equitativa da riqueza e da pacificação da vida cotidiana. Os centros e bairros nobres continuam permeados pelas melhores oportunidades, enquanto as periferias urbanas seguem com precárias condições.

Dessa forma, a remoção, um produto da segregação, foi comandada por projetos do capital e seus investimentos. O caso da Favela Margem da Linha, evidencia a contradição entre os objetivos do capital e da classe trabalhadora, pois quando os moradores reivindicavam melhores condições de vida por meio da moradia legalizada, a resposta imediata dos representantes públicos foi a de colocar abaixo os assentamentos informais, garantindo espaço para a especulação imobiliária e a expropriação de sua população.

O caso estudado reafirma o ciclo especulativo da propriedade fundiária e da segregação socioespacial, primeiro, a adesão à lógica da reprodução do capital na sua atual fase especulativa, sob comando do capital financeiro; segundo, expropriar e remover os setores sociais indesejáveis, aqueles mais empobrecidos e com menores condições para se defender, para áreas longínquas e mal servidas por equipamentos e serviços urbanos e, por último, porém atravessando os dois movimentos anteriores, desenvolvendo “soluções” habitacionais precárias para pobres, os chamados Programas de Interesse Social e os discursos retóricos de “risco” social, para justificar a manutenção do círculo perverso que agudiza a já crônica segregação urbana.

Referências

ARRUDA, A. P. S. N. de. Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte

- médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Sociais) – UENF, Campos/RJ, 2009, 166 p.
- CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CARVALHO, P. de S. **“Moradores da Margem”**: processo de segregação, remoção e resistência popular na periferia urbana de Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, jan. 2023.
- CARVALHO, P. de S. **Nas franjas da cidade: a luta por direitos sociais na periferia de Campos dos Goytacazes (RJ)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.
- FARIA, T. de J. P. A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas. Territórios da espera em Campos dos Goytacazes. **Terceiro Milênio**, v. 5, n. 2, p. 57-84, jul./dez. 2015.
- GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. de. A pobreza e a riqueza nas Cidades do Petróleo. In: PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V. da.; VILANI, R. M. (orgs.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. 1. ed. RJ: Garamond, 2013. p. 182-188.
- GODOY, A. L. C. de.; OLIVEIRA, D. B. B. de.; ALIPRANDI, D. C. Da margem à luta por direitos: a Comunidade da Margem da Linha. **Terceiro Milênio**, v. 5, n. 2, p. 113- 134, jul./dez. 2015.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LAGO, L. C. do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 240p.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. SP: Boitempo, 2013 (recurso digital).
- MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. **Revista Libertas**, v.14, p.1-20, 2014.
- OLIVEIRA, D. B. B. De. *et al.* **À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos**. Campos dos Goytacazes, 2012.
- PASSOS, H. dos S. **Da Usina do Queimado aos bairros residenciais: mudanças e permanências na paisagem urbana de Campos dos Goytacazes (1979-2018)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – UFF, Campos/RJ, 2018, 88p.
- PEDLOWSKI, M. **Blog do Pedlowski: remoção**. 2015. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/tag/remocao/> . Acesso em: 03 jan. 2023.
- PIQUET, R. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, R. (org.). **Petróleo, Royalties e Região**. RJ: Garamond, 2010. p. 219-238.

REGINENSI, C. **ANTROPOARTE, um projeto de extensão ou como praticar etnografia.** Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF, p. 1-16, dez. 2018.

SÁ, L. M.; NEVES, F. de O. das. A cidade e o patrimônio pós-industrial: potencialidades acerca da Usina do Queimado em Campos dos Goytacazes/RJ. **Paisag. Ambiente:** ensaios, São Paulo, v. 30, n. 44, e158264, 2019.

SOUZA, T. da S. de.; SANTOS, J. C. dos.; PAES, R. da S. Gestão do território e ocupação de áreas irregulares: análise do caso da Favela Margem da Linha no município de Campos dos Goytacazes/RJ. **Revista Equador (UFPI)**, v. 5, n. 4, p. 164-186, 2016.

TERRA, D. C. T. Royalties em Campos dos Goytacazes ampliam as desigualdades socioespaciais. In: PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V. da.; VILANI, R. M. (orgs.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região.** 1. ed. RJ: Garamond, 2013. p. 188-192.

TOPALOV, C. **Ganancias e rentas urbanas:** elementos teóricos. Tradução: Fábio Enrique Velásquez Carrillo. Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

VIEIRA, N. P. Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições. In: RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; ALBUQUERQUE, V. (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 181- 202.

ZACCHI, R. C. **O papel dos proprietários fundiários e do Estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados:** Campos dos Goytacazes (1980-2011). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem da UENF, Campos dos Goytacazes, maio 2012. 170 p.